(Do Sr. ALEXANDRE LINDENMEYER)

Dispõe sobre a inclusão de produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares em programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a inclusão de produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares em programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, com o objetivo de garantir o direito à alimentação para essas pessoas.

Art. 2º Todos os programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas deverão prever a inclusão de produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares.

Art. 3º A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

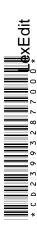
'Art. 4°	 	 	 

Parágrafo único. As cestas básicas entregues no âmbito do Sisan deverão conter como itens essenciais:

 I – o absorvente higiênico feminino, conforme as determinações previstas na lei que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e

II – produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares, em conformidade com as características das populações locais. (NR)"





Art. 3º A Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, passa a viger com as seguintes alterações:

"Art. 9°		• • • • • • • •								
§ 3º Para a promoção de ações de segurança alimentar e nutricional de que dispõe o inciso I do <i>caput</i> deste artigo, será prevista a inclusão de produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares. (NR)"										
"Art. 16										
Parágrafo	único.	As	refeicões	distribuídas	nas	cozinhas				

solidárias incluirão produtos voltados para pessoas com

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos em 12 (doze) meses contados após essa data.

intolerâncias e alergias alimentares. (NR)"

## **JUSTIFICAÇÃO**

A alimentação decente e adequada é um direito humano assegurado pela Constituição Federal. Contudo, nem todas as pessoas podem consumir produtos que estão previstos em programas de distribuição de alimentos, porque muitos têm alergia ou intolerância a substâncias como a lactose, o glúten, a proteína do leite, entre outras.

A referida condição fisiológica não distingue gênero, raça ou classe social, afetando tanto parcelas da população que podem investir em alimentação segura, quanto a maioria da nação que tem produtos mais básicos como referência, incluindo milhões de brasileiros(as) em situação de vulnerabilidade alimentar.

Nesse sentido, cabe a garantia em lei do direito à alimentação adequada às necessidades fisiológicas de cada cidadão(ã), reconhecendo-o de forma que os órgãos do poder público se obriguem a adquirir produtos com o



objetivo de distribuir cestas básicas ou facultar o acesso à alimentação de outras formas, na proporção da demanda do referido público.

Com esse objetivo de garantir o direito à alimentação em sua plenitude, julgamos necessário estabelecer a obrigação de incluir produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares em programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas.

Adicionalmente, propomos a alteração da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, acrescentar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como itens essenciais os produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares, em conformidade com as características das populações locais.

Também sugerimos modificar a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para fixar que, na promoção de ações de segurança alimentar e nutricional, será prevista a inclusão de produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares. Ainda nesta Lei, cabe determinar que as refeições distribuídas nas cozinhas solidárias incluirão produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares.

Nesse contexto de novas obrigações nos programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas, prevemos período de doze meses para adequação dos bancos de alimentos e centrais de distribuição de cestas básicas coordenadas pelo poder público ou por entidades sem fins lucrativos conveniadas.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei, que dispõe sobre a inclusão de produtos voltados para pessoas com intolerâncias e alergias alimentares em programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.





Sala das Sessões, em

de

de 2023.

## Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER

2023-11659



